



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NAYRA REGINA ANDRADE SANTOS

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR:
práticas avaliativas desenvolvidas por professores no/do ensino fundamental**

**Itabaiana
2018**

NAYRA REGINA ANDRADE SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR:
práticas avaliativas desenvolvidas por professores do/no ensino fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação do *Campus* Universitário Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos

Itabaiana
2018

NAYRA REGINA ANDRADE SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR:
práticas avaliativas desenvolvidas por professores no/do ensino fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação do *Campus* Universitário Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos

Aprovada em: 07 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Betisabel Vilar de Jesus Santos
Universidade Tiradentes – UNIT/SE

Profa. Dra. Isis Mota Rodrigues Dantas
Secretaria Estadual de Educação SEED/SE
Examinador externo

Itabaiana
2018

Dedico este trabalho, de modo especial, à minha família
e ao meu namorado pelo incansável incentivo
durante esta jornada de estudo.
E a todos que colaboraram na
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por ter me dado saúde e força para superar e vencer as dificuldades.

Agradeço a minha família por me apoiar em todos os momentos e ao meu namorado por ser compreensivo e por nunca ter deixado de acreditar em mim.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos, pelo ensino e pela paciência para que o trabalho fosse concluído.

A minhas colegas da turma, pelos momentos significativos e prazerosos, compartilhados nestes cinco anos de curso.

A todos os professores com quem convivi e que dividiram comigo seus conhecimentos e experiências profissionais, contribuindo para minha formação acadêmica.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação o meu muito obrigada!

Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.
(Cora Carolina)

RESUMO

A avaliação da aprendizagem deve fazer parte do avanço e crescimento dos educandos e não ser uma arma de tortura ou punição. Com isso, a finalidade desta discussão é provocar uma reflexão sobre avaliação, principalmente por parte do professor. O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas avaliativas de três professoras do 4º ano do ensino fundamental, na Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima, localizada na cidade de Lagarto, Sergipe. A abordagem metodológica é a qualitativa com estudo de caso, tendo a entrevista e observação como instrumentos de coleta de dados. Para a realização deste estudo, contamos com a contribuição teórica de Berger (2002), Haydt (1997; 2008), Hoffmann (1994; 2000), Gil (2008), Libâneo (1994) e Luckesi (2001) e outros. Na análise dos dados, percebeu-se que as docentes investigadas utilizam a prova como principal instrumento avaliativo e definem a avaliação como um processo contínuo que deve ocorrer durante todo o processo de ensino. Por meio dos resultados, podemos concluir que a avaliação ainda é voltada para a classificação, tendo a nota como aspecto principal. Os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo levaram-me a associar a teoria com a prática, perceber que ambas são complementos uma da outra e compreender que uma boa relação entre professor e aluno é indispensável, pois o aprendizado torna-se mais eficiente e passa a existir maior comprometimento entre ambas as partes.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Concepções de professores. Práticas avaliativas.

ABSTRACT

The evaluation of learning should be part of the progress and growth of learners and not be a weapon of torture or punishment. With this, the purpose of this discussion is to provoke a reflection on evaluation, especially on the part of the teacher. The objective of this study is to analyze the evaluation practices of three teachers of the fourth year of elementary education, at the Manoel de Paula Menezes Lima Municipal School, located in the city of Lagarto, Sergipe. The methodological approach is the qualitative one with a case study, with the interview and observation as instruments of data collection. For this study, we have the theoretical contribution of Berger (2002), Haydt (1997, 2008), Hoffmann (1994, 2000), Gil (2008), Libâneo (1994) and Luckesi (2001). In the data analysis, it was noticed that the investigated teachers use the test as the main evaluation tool and define the evaluation as a continuous process that must occur throughout the teaching process. By means of the results, we can conclude that the evaluation is still focused on the classification, having the note as the main aspect. The knowledge acquired during the study led me to associate theory with practice, to realize that both are complements to each other and to understand that a good relationship between teacher and student is indispensable, since learning becomes more efficient and becomes commitment between both parties.

Keywords: Teaching-learning. Conceptions of teachers. Evaluation practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa de localização do Município de Lagarto	30
Figura 2 -	Prova escrita de matemática aplicada no 4º ano do ensino fundamental	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASUEL	Associação de estudantes universitários de Lagarto
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAEF	Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AVALIAÇÃO: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E TEÓRICOS.....	14
2.1	Discutindo a evolução da avaliação.....	14
2.2	Conceitos e teóricos da avaliação.....	17
2.3	Funções da avaliação.....	21
3	METODOLOGIA: CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA	27
3.1	Caracterizando a pesquisa.....	27
3.2	Perfil dos sujeitos colaboradores.....	29
3.3	Caracterização da rede municipal de ensino de Lagarto.....	30
3.3.1	Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima e seu Projeto Político-Pedagógico,.....	32
4	DISCUTINDO PRÁTICAS AVALIATIVAS A PARTIR DOS DADOS EMPÍRICOS.....	35
4.1	Práticas avaliativas.....	35
4.2	Relatando as observações.....	38
4.3	Analisando as entrevistas.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	Referências	52
	Apêndice	54
	Anexos	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como foco a avaliação da aprendizagem escolar a partir das práticas de três professoras do 4º ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima, do município de Lagarto, Sergipe.

A finalidade dessa discussão está em provocar uma reflexão sobre avaliação, principalmente por parte do professor. Como avaliar o desempenho dos alunos tendo em vista que os professores ainda avaliam de forma tradicional? Onde os professores devem buscar formas inovadoras, já que a avaliação não serve apenas para qualificar o aprendizado do educando?

Outro ponto a ser discutido é, quando os alunos não apresentam um bom desempenho no momento que são submetidos a uma avaliação, como fazer para mudar essa realidade ou melhorar esse quadro? Esta não é uma tarefa fácil, mas é possível adotar algumas estratégias que produzam efeitos significativos na prática avaliativa.

A avaliação é uma tarefa necessária, porque é através dela que se acompanha o processo de ensino e aprendizagem. Luckesi (2001, p. 175) diz: “[...] a avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na sua viagem comum de crescimento, e a escola na sua responsabilidade social. Educador e educando, aliados, constroem a aprendizagem, testemunhando-a à escola, e está à sociedade”. Nessa perspectiva, é com a avaliação que se consegue verificar o progresso e as dificuldades dos estudantes, ajudar o aluno a ter autoconfiança e também contribuir para que o docente melhore sua metodologia de trabalho.

Através deste estudo, ressalta-se a importância de o professor avaliar de forma contínua, pois assim será capaz de ponderar a participação, interesse e comportamento de cada aluno. O professor deve sempre estar atento e promover exercícios que possibilitem a avaliação do educando. Também pode facilitar seu próprio trabalho avaliativo, através, por exemplo, da elaboração de fichas para cada estudante sobre as atividades desenvolvidas em sala de aula, nas quais anotará informações observadas durante cada ação.

Discutindo essa questão, Esteban (2002, p. 10) destaca que:

[...] avaliação é uma prática indispensável ao processo de escolarização, a ação avaliativa continua sendo um tema polêmico. Há uma intensa crítica aos procedimentos e instrumentos de avaliação frequentemente usados na sala de aula, que muitas vezes se fazem acompanhar da sinalização de novas diretrizes ou de novas propostas de ação. O olhar para essas novas alternativas precisa

estar atento aos discursos e às práticas para evitar que a perspectiva técnica continue colocando na sombra a perspectiva ética.

A avaliação quando não é realizada de forma justa, traz consequências no processo de aprendizagem para alguns estudantes, independentemente da idade e série em que estão. É importante que o educador tenha em mente os objetivos que deseja alcançar. Considerando que a avaliação tem sido concebida ao longo do tempo como um recurso classificatório dos estudantes, e é atualmente vista como um dos recursos mais importantes, faz-se necessário entendermos sobre esse tema.

A boa relação entre professor e aluno é de grande importância para qualquer estudante, pois permite que o aprendizado se torne mais eficiente a partir do momento em que passa a existir maior comprometimento entre ambas as partes. O bom convívio influencia positivamente no processo pedagógico, inclusive no processo avaliativo, ou seja, uma boa conexão entre o discente e docente proporciona um trabalho construtivo.

A motivação da presente pesquisa surgiu por meio das aulas da disciplina avaliação educacional, oportunidade em que surgiu a curiosidade em investigar questões relacionadas à avaliação. Além do mais, trata-se de um tema interessante e de extrema importância tanto para o trabalho do professor quanto para o aluno. Com base nessa motivação, percebemos que pesquisar sobre o assunto iria ampliar nossos conhecimentos e favorecer uma futura atuação docente.

Assim, apresenta-se como objetivo geral nesta pesquisa analisar as práticas avaliativas das professoras do 4º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima. Como objetivos específicos, temos: identificar os instrumentos avaliativos utilizados pelas professoras; descrever a prática avaliativa das professoras; e verificar as concepções de avaliação adotadas pelas professoras do 4º ano da escola em questão.

Quanto aos procedimentos metodológicos, optamos por abordagem qualitativa dos dados, com o objetivo de conseguir informações voltadas às práticas avaliativas. A fonte de informação foi obtida através de pesquisas de campo e bibliográfica. Os sujeitos desta pesquisa foram três professoras do 4º ano do ensino fundamental. Quanto ao procedimento de coleta, adotamos o estudo de caso com emprego das técnicas de observação e entrevista.

Para a realização deste estudo, contamos com a contribuição teórica de Esteban (2002), Haydt (1997), Luckesi (2001), Libâneo (1994) e Hoffmann (2000), entre outros. Acreditamos que se faz necessário conhecer um pouco dos estudos realizados por estes autores consagrados, visto que nos trouxeram contribuições para entender melhor sobre o tema.

A presente pesquisa está organizada da seguinte forma: introdução, com o intuito de apresentar resumidamente o que foi discutido ao longo do trabalho. Após, temos a primeira seção, Avaliação: evolução, conceitos e teóricos, subdividida da seguinte maneira: Discutindo a evolução da avaliação; Conceitos e teóricos da avaliação; e Funções da avaliação.

Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos e o campo empírico, além disso, é feita a descrição da instituição em foco, do perfil dos sujeitos colaboradores e da rede municipal do ensino de Lagarto.

Na seção seguinte, discutimos sobre as práticas avaliativas no cotidiano escolar e apresentamos relatos das observações e análises das entrevistas, fazendo os dados empíricos dialogar com as teorias. E por fim, trazemos à tona as conclusões do estudo.

2 AVALIAÇÃO: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E TEÓRICOS

Este capítulo tem como finalidade apresentar a evolução da avaliação de forma sucinta desde o século XVI até os dias atuais. Buscamos definir o que vem a ser avaliação, tendo como base os conceitos formulados por alguns autores que estudam a temática, e também discutimos as funções da avaliação.

2.1 Discutindo a evolução da avaliação

Especificamente nas escolas brasileiras a avaliação sempre esteve presente. E o que se evidencia é que a prática educativa escolar passou a ser direcionada mais por provas e exames do que por uma pedagogia do ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, Luckesi (2001, p. 22) diz que: “Tais práticas já estavam inscritas nas pedagogias dos séculos XVI e XVII, no processo de emergência e cristalização da sociedade burguesa, e perduram ainda hoje”.

Sobre a sociedade burguesa, Luckesi (2001, p. 23, grifo do autor) destaca:

Além de vivermos ainda sob a hegemonia da pedagogia tradicional (os jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549, com nosso ilustre Primeiro Governador Geral, Tomé de Souza), estamos mergulhados nos processos econômicos, sociais e políticos da sociedade burguesa, no seio da qual a pedagogia tradicional emergiu e se cristalizou, traduzindo o seu espírito. Claro, “muita água passou por baixo da ponte” de lá para cá, porém é certo que a sociedade burguesa aperfeiçoou seus mecanismos de controle.

Dessa forma, tais práticas já estavam inscritas na pedagogia desde os séculos anteriores. Com a chegada dos jesuítas no Brasil, eles aperfeiçoaram a metodologia de ensino com aulas expositivas e memorização de conteúdo. As provas e exames eram elaborados conforme o interesse dos docentes ou do sistema de ensino.

Pessoas mais idosas, como nossos avós, contam histórias das escolas de antigamente. As instituições eram rígidas, independentemente de serem do ensino público ou privado; os professores eram extremamente exigentes; havia bastantes regras. Os docentes utilizavam como instrumentos de castigo réguas, grãos de milho, chapéus de burro, palmatórias, entre outros. O uso dessas formas de castigo era comum quando os alunos cometiam erros. Diante disso:

No passado, em nossa prática escolar, castigava-se fisicamente. No sul do país, era comum um professor utilizar-se da régua escolar para bater num

aluno que não respondesse com adequação às suas perguntas sobre uma lição qualquer. No nordeste brasileiro, esta mesma prática era efetivada por meio da palmatória, instrumento de castigo com o qual o professor batia na palma da mão dos alunos. A quantidade de “palmadas” dependia do juízo desse professor sobre a possível “gravidade” do erro. O castigo físico, noutras vezes dava-se pela prática de colocar o aluno “de joelhos” sobre grãos de milho ou de feijão, ou de mandá-lo para a frente da classe, voltado para a parede e com os braços abertos. (LUCKESI 2001, p. 49, grifo nosso).

Nesta perspectiva, o castigo escolar é visto pela criança como violência, o que, na maioria das vezes, é negativo para a aprendizagem e o crescimento. Hoje as instituições vêm mudando a forma de punir os alunos que não seguem regras. Nesse aspecto Luckesi (2001, p. 50) destaca: “Existiam e existem, ainda, castigos como: ficar retido na sala de aula durante o recreio ou intervalo entre uma aula e outra; suspender o lanche; realizar tarefas extras em sala de aula ou em casa”. Assim, o castigo não deve ser usado para diminuir o aluno, e sim como uma forma de educar positivamente.

Sobre esse viés, Berger (2002, p. 22, grifo do autor), salienta:

A escola, como uma instituição da sociedade, durante sua trajetória histórica também utilizou e utiliza formas de controle do indivíduo, desde as que afetam o corpo físico (uso de palmatórias, ficar ajoelhado em grãos de milho, etc.) até as mais sutis: reprimenda oral, desprezo ao aluno, atribuição de nota “vermelha”, retenção do aluno na sala para sair dela durante o recreio, além de outras.

Nessa perspectiva, o autor aponta a contribuição de Foucault (1969) sobre avaliação realizada no âmbito da escola, quando o filósofo discute sobre a relação de poderes. A escola utiliza-se da avaliação para a formação da personalidade do indivíduo e controle de sua conduta, tornando o ser submisso à ordem.

Para Foucault (1969), na escola há uma hierarquia e um sistema de relação de alto e baixo, envolvendo desde o diretor, passando pelo supervisor, até professores e alunos, nos quais cada um exerce um tipo de poder sobre seu subordinado. Outro aspecto característico do poder que o professor exerce sobre o aluno é a organização do espaço físico da sala de aula, pois a escola, principalmente a tradicional, organiza-se em séries e arranja as salas com cadeiras enfileiradas e lugares determinados de acordo com o desempenho dos alunos. Percebe-se que na atualidade a organização do espaço físico das salas de aula continua a mesma.

Os jesuítas para estimular os estudos utilizavam premiações para os alunos que se destacassem nas aulas e punição física para aqueles considerados desinteressados. Sobre esse aspecto, Libâneo (1994, p. 199) considera: “[...] equívoco é utilizar a avaliação como recompensa aos ‘bons’ alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados. As notas

se transformam em armas de intimidações e ameaça para uns e prêmios para outros”. Assim esse tipo de avaliação tradicional, que embora tenha tido início no período jesuítico, ainda permanece nos dias atuais, com o intuito de medir o conhecimento do aluno.

Outra questão a ser mencionada é a autoridade máxima do professor na sala de aula. Os estudantes não podiam fazer qualquer tipo de pergunta, tinham que estar quietos. O papel do docente estava focado em vigiar os alunos, ensinar a matéria ou conteúdo, pois o ensino era centrado apenas no professor e os alunos recebiam o conteúdo de maneira não participativa.

Segundo Queiroz e Moita (2007), o ensino tradicional foi e é muito forte em nosso modelo de educação, ainda hoje, tanto no ensino fundamental e médio quanto no superior. Sabemos que os professores são frutos de uma formação escolar, social e política que se reflete na sua prática pedagógica.

Com o passar dos tempos, a pedagogia tradicional foi sendo grandemente criticada dando oportunidade para uma nova forma de educar, conhecida como a pedagogia renovada ou escolanovista. Segundo Luckesi (2001), essa nova pedagogia é centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais.

Segundo Queiroz e Moita (2007, p. 6), “Essa tendência retira o professor e os conteúdos disciplinares do centro do processo pedagógico e coloca o aluno como fundamental, que deve ter sua curiosidade, criatividade, inventividade, estimulados pelo professor, que deve ter papel de facilitador do ensino”. Dessa forma, a pedagogia renovada defende uma escola focada no interesse do aluno e o professor seria um auxiliar do conhecimento. Neste contexto, a prática avaliativa concentra-se na qualidade e não na quantidade.

Essa nova pedagogia assim como a tradicional sofreu e sofre críticas por parte de alguns educadores. Com isso, surge uma nova escola “tecnicista” com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino. O papel dessa nova escola é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. As autoras Queiroz e Moita (2007) ainda destacam que os educadores passaram a fazer uso de vários instrumentos de medição mais fundamentados e a ter confiança apenas nas informações trazidas nos livros didáticos.

Ao longo da história da educação, o ensino foi sofrendo modificações, e possibilitou assim a emergência das pedagogias progressistas, sendo elas: libertadora, libertária e crítica social dos conteúdos. Queiroz e Moita (2007, p. 12) dizem que: “Todas classificadas como ‘crítico-reprodutivistas’, mas nenhuma delas apresenta uma proposta pedagógica explícita, buscam apenas explicar as razões do fracasso escolar e da marginalidade da classe trabalhadora”.

A progressista libertadora iniciou no final dos anos 70 e início dos 80. Os educadores buscavam uma educação crítica, tendo em vista igualdade para toda a sociedade. Já a libertária vai se consolidando no início dos anos 80, tendo como intuito principal realizar modificações institucionais, acreditando que a partir dos níveis menores contaminaria todo o sistema. Também defendeu os movimentos sociais. Por fim, a crítica social dos conteúdos se constituiu no final da década 70 e início dos anos 80. Visava preparar o aluno para a participação ativa na sociedade. Libâneo (1992, p. 14) acrescenta: “a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”. Vale ressaltar que essas pedagogias predominaram em determinado período histórico, porém não deixaram de coexistir no momento em que outra começou a ser difundida e tiveram papel decisivo no repensar da avaliação deslocando do professor para o aluno a ênfase na avaliação. Apesar dos avanços os docentes ainda encontram muitas dificuldades no desenvolvimento de uma prática avaliativa inovadora, devido à prática pedagógica tradicional.

Houve uma mudança significativa em termos do pensamento dos professores em relação a essa prática, embora ainda se enfrente muita resistência em mudar. Não há uma formação consistente na concepção de avaliação formativa/processual. Os professores conscientes criam dispositivos inovadores para um sistema tradicional e, assim, não reprovam o aluno (HOFFMANN, 2014).

Os professores foram formados dentro de um modelo autoritário, porém é possível buscar e experimentar novas práticas avaliativas que promovam mudanças significativas no processo ensino-aprendizagem.

Segundo Hoffmann (1994) atualmente professores, em geral, discutem muito como fazer a avaliação e sugerem metodologias diversas, antes mesmo de saberem e compreenderem verdadeiramente o sentido da avaliação nas escolas.

2.2 Conceitos e teóricos da avaliação

Segundo Luckesi (2011), o termo *avaliar* tem sua origem no latim, provindo da composição *a-valere*, que quer dizer “dar valor a...”. Porém, o conceito avaliação é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato

ou curso de ação...”, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado.

Antes de falarmos sobre avaliação, é importante deixar claro que a palavra *avaliação* pode assumir diversas conotações, dependendo do contexto em que se insere. Neste caso, estamos apenas discutindo a avaliação escolar. Assim, vejamos como alguns dos autores que estudam o assunto definem o processo de avaliação.

Segundo Hoffmann (2000, p. 17), “A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educando sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento”. Para Hoffmann (2000), o educador precisa ser criativo e participativo, os erros dos estudantes podem ser vistos como significativos, pois, através das falhas, o docente pode desenvolver suas ações educativas.

Sobre esse tópico, Luckesi (2001, p. 58) acrescenta:

[...] o erro não é fonte para castigo, mas suporte para o crescimento. Nessa reflexão, o erro é visto e compreendido de forma dinâmica, na medida em que contradiz o padrão, para, subsequentemente, possibilitar uma conduta nova em conformidade com o padrão ou mais perfeita que este. O erro, aqui, é visto como algo dinâmico, como caminho para o avanço.

Nessa perspectiva, é por meio do erro do aluno que o professor poderá ajudá-lo, identificando o que o estudante já sabe e o que pode vir a saber sobre a temática em estudo e reorientando seu entendimento e sua prática.

Muitas vezes, a avaliação é elaborada com o propósito de punir o aluno, tornando-se um instrumento de controle, usado com o intuito de pôr medo, meio de ameaça para controlar a situação, e não como uma metodologia que auxilia nos processos de ensino e aprendizagem. Para Haydt (1997, p. 26-27), “A avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno para maior esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura ou punição”.

Segundo a mesma autora (2008, p. 13), “A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Porque, ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada”. Com essa definição, Haydt enfatiza que a avaliação faz parte de um sistema mais amplo, que é o processo ensino-aprendizagem, devendo, portanto, ser planejada de modo a permitir a recuperação imediata quando necessário.

Nesse contexto, Luckesi (2001, p. 165) acrescenta:

[...] planejamento e avaliação são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. Enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. A avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora.

Nessa perspectiva, tanto a avaliação quanto o planejamento estão a serviço da construção do conhecimento, pois a avaliação contribuirá na realização do planejamento através dos resultados obtidos, assim como um planejamento facilitaria as chances de alcançar seus objetivos e metas.

A avaliação é um meio que o docente utiliza para obter informações a respeito dos avanços e dificuldades dos seus alunos. De acordo com Hoffmann (2000, p.38), “quando se discute avaliação, discutem-se, de fato, instrumentos de verificação e critérios de análise de desempenho final”. Dessa forma, a avaliação é um meio de acompanhamento e verificação do desempenho e da aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, Libâneo (1994, p. 196) define “avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes”. Nessa perspectiva, é através da verificação e qualificação que se pode identificar a aprendizagem de alguém e a partir de então determinar os procedimentos didáticos seguintes, pois nem todos os alunos aprendem com a mesma intensidade.

Sobre essa temática, o autor enfatiza que, nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa.

Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevista etc. Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos e Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados referindo-os a padrões de desempenho esperados. (LIBÂNEO, 1994, p. 196).

Para Luckesi (2001, p. 23), “A avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de independência da relação professor-aluno. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino”. Neste contexto, a avaliação é pouco usada para ajudar em relação ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Discutindo a questão Libâneo (1994, p. 195) adiciona:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar.

Pode-se compreender que a avaliação é um elemento fundamental no desenvolvimento da aprendizagem do educando, ou seja, por um lado constitui-se em prática pedagógica que deve estar comprometida com o desenvolvimento das crianças, e por outro constitui objeto de poder, obedecendo uma lógica do capital a partir da perpetuação do poder econômico e político das sociedades.

Discutindo essa questão, Berger (2002) apresenta contribuições dos sociólogos Bourdieu e Passeron, que partem da análise da sociedade capitalista francesa, que se caracteriza por sua estrutura de classes e pela apropriação diferencial dos meios de produção. Observam que na sociedade de classes circulam várias culturas, dependendo dos grupos ou classes que a integram. Essas culturas, todas arbitrárias, porque resultam de condições de produção e reprodução, estão articuladas em um sistema em que há uma cultura dominante e culturas subordinadas. A cultura dominante está nesta posição devido às classes da sociedade.

O autor ainda destaca que Bourdieu e Passeron veem a sociedade de forma cristalizada, sem perspectiva de mudança ou transformação, e a escola tem um papel importante na sua manutenção e reprodução. Acrescentam que a escola está a serviço da classe dominante, a fim de favorecer o domínio de uma classe sobre a outra, relegando o papel da luta de classes, dos movimentos organizados e a atuação dos sindicatos.

Em contraposição a essa questão de poder, citamos Luckesi (2001, p. 172), quando define a avaliação da aprendizagem como:

Um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário.

Nessa perspectiva, a avaliação pode ser um ato amoroso, devido ao acompanhamento do educador sobre o educando, pois os docentes com base nas sondagens e resultados dos alunos devem incluir cada vez mais os estudantes pelos mais variados meios com o intuito de uma aprendizagem satisfatória.

Sobre o processo de avaliação, Haydt (2008) aborda a contribuição de Ralph Tyler, para quem avaliar consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino. E acrescenta ainda como os objetivos educacionais são essencialmente mudanças em seres humanos, em outras palavras os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis nos padrões de comportamento do estudante. A avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo.

Sobre a temática, Almeida (2012, p. 13) afirma:

A avaliação só fará sentido se auxiliar o desenvolvimento tanto do aluno como da escola e, principalmente, do processo que acontece entre eles, ambos, escola e alunos, querendo crescer. Lembre-se de que da escola fazem parte os conteúdos, os professores, as metodologias, as técnicas e as intenções.

Dessa forma, uma instituição escolar, ao escolher bem os caminhos a serem seguidos, aumenta a probabilidade de sucesso por parte de alunos, professores e toda sua equipe.

Segundo Almeida (2011, p. 31), “avaliação é um potente recurso a ser usado a favor da aprendizagem. Ela constitui um termômetro, é por ela que o aluno e o professor identificam quais são suas fragilidades, o que precisa ser melhorado e quais os pontos pelos quais seu trabalho pode ser valorizado”. Nessa perspectiva, o autor considera que a avaliação contribui no processo de aprendizagem tanto do aluno quanto do professor, pois permite identificar os pontos positivos e negativos de ambos.

2.3 Funções da avaliação

Para avaliar os alunos, o docente deve estar sempre atento e promover diversas atividades que possibilitem a avaliação dos educandos, pois sabe-se que cada pessoa tem um ritmo de aprendizagem, cada estudante tem uma bagagem de conhecimento, assim, para que o professor consiga ensinar e classificar de forma eficaz seus alunos, ele precisa utilizar-se de diferentes métodos.

A avaliação deve fazer parte do processo de aprendizagem do estudante para que se verifique em que nível ele está e o que aprendeu ao longo dos períodos anteriores. A partir daí, o professor poderá iniciar seu planejamento docente.

Nessa perspectiva, segundo Haydt (1997), a avaliação da aprendizagem apresenta três funções: diagnosticar, controlar e classificar. E concernentes a essas três funções, temos as modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Avaliação diagnóstica consiste na análise anterior para identificar ou avaliar os conhecimentos específicos dos alunos, isto é, verificar o que os educandos aprenderam ao longo dos anos, períodos, semestres passados.

A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizar para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los. (HAYDT, 1997, p. 16-17).

Nesse aspecto, a avaliação diagnóstica ajuda a identificar o que os alunos já sabem, se apresentam ou não domínio dos conteúdos anteriores. Luckesi (2001, p. 44) acrescenta que: “avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade”. Através dessa modalidade de avaliação, será possível o professor ajudar o seu aluno a obter o conhecimento necessário do que está sendo proposto.

A função diagnóstica é de suma importância, ocorre no início, durante o processo e no final do desenvolvimento das aulas; essa avaliação com função diagnóstica permite ao docente aferir informações sobre os conhecimentos já alcançados pelos alunos e consequentemente possibilita adequar os conteúdos didáticos em relação às dificuldades encontradas. Nesse sentido:

A avaliação diagnóstica ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas. No início, verificam-se as condições prévias dos alunos de modo a prepará-los para o estudo da matéria nova. Esta etapa inicial é de sondagem de conhecimento e de experiências já disponíveis bem como de provimento dos pré-requisitos para a sequência da unidade didática (LIBÂNEO, 1994, p. 197).

Desse modo, a função diagnóstica possibilita ao professor compreender o nível de aprendizagem dos estudantes e em seguida tomar decisões de como prepará-los para novas

aprendizagens. Na visão de Haydt (2008, p. 20), um dos propósitos da avaliação com função diagnóstica é “informar o professor sobre o nível de conhecimento e habilidades de seus alunos, antes de iniciar o processo ensino-aprendizagem, para determinar o quanto progredimos depois de um certo tempo”. Nessa perspectiva, é recomendado que o docente faça a avaliação diagnóstica em sua turma para identificar os conhecimentos prévios de seus alunos.

Ainda sobre a função diagnóstica, Romão (2011, p. 68) enfatiza que é utilizada para promover “[...] a verificação das dificuldades dos alunos, a fim de que sejam disponibilizados os instrumentos e as estratégias de sua superação. Por isso, mais do que verificar acertos, a avaliação da aprendizagem volta-se, substancialmente, para a constatação dos equívocos”.

Nesse aspecto, a função diagnóstica serve para que o professor possa identificar progressos e dificuldades dos alunos. Para Luckesi, (2001, p. 44) “[...]avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade”. Acrescenta ainda que:

A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão). O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo. (LUCKESI, 2011, p. 172-173).

A avaliação diagnóstica permitir verificar os pontos fortes e fracos do processo ensino-aprendizagem. Nos casos que precisam de mais atenção, essa sondagem pode fazer toda a diferença para a obtenção de melhores resultados.

Para Jorba e Sanmartí (2003, p. 20), a avaliação diagnóstica, que também pode ser chamada de avaliação inicial, “tem como principal objetivo determinar a situação de cada aluno antes de iniciar um determinado processo de ensino-aprendizagem, para poder adaptá-lo a suas necessidades”. Podemos perceber a importância desta função no processo ensino-aprendizagem, pois possibilita tanto ao educador quanto o educando avançar na construção do seu conhecimento.

Sobre a função diagnóstica Almeida (2011, p. 25) considera:

Sua função é como o nome diz, diagnosticar, sondar como andam os processos de ensino e de aprendizagem. Assim, o professor a usa sempre que precisa entender por que seu grupo não aprendeu algum conteúdo, corrigir o fluxo de trabalho, levantar uma informação, planejar uma intervenção, levar seus alunos a um novo patamar de conhecimento.

Nessa perspectiva, tal função ajuda o professor a sondar sempre que precisar entender melhor os conhecimentos já alcançados pelos estudantes, e posteriormente planejar metodologias que favoreçam os alunos no seu processo de aprendizagem.

A segunda função é a avaliação formativa, realizada durante todo o período letivo, com o objetivo de examinar se os alunos estão realmente aprendendo. Haydt (1997, p. 17) entende que a “avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades”.

Esse tipo de avaliação permite ao professor acompanhar e observar atentamente o ritmo de aprendizagem de seus alunos. O profissional docente precisa debater com seus alunos sobre os erros e acertos e dando-lhe informações úteis para se recuperar de suas deficiências. Dessa forma:

[...] a avaliação formativa não apenas fornece dados para que o professor possa realizar um trabalho de recuperação e aperfeiçoar seus procedimentos de ensino como também oferecer ao aluno informação sobre seu desempenho em decorrência da aprendizagem, fazendo-o conhecer seus erros e acertos e dando-lhe oportunidade para recuperar suas deficiências. É nesse sentido que a avaliação assume sua dimensão orientadora, criando condições para a recuperação paralela e orientando o estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos propostos (HAYDT, 2008 p. 21).

Nesse aspecto, a construção da aprendizagem pode partir do erro, pois os educandos estão no processo de conhecimento, e cometer erros faz parte da natureza humana. A aprendizagem parte da curiosidade e interesse do aluno, assim a falha pode levar o aprendiz ao crescimento. Diante disso, Luckesi (2001, p. 57, grifo do autor) acrescenta:

Reconhecendo a origem e a constituição de um erro, podemos superá-lo, com benefícios significativos para o crescimento. Por exemplo, quando atribuímos uma atividade a um aluno e observamos que este não conseguiu chegar ao resultado esperado, conversamos com ele, verificamos o erro e como ele o cometeu, reorientamos seu entendimento e sua prática. E, então, muitas vezes ouvimos o aluno dizer: “Poxa, só agora compreendi o que era para fazer!”. Ou seja, foi o erro, conscientemente elaborado, que possibilitou a oportunidade de revisão e avanço. Todavia, se nossa conduta fosse a de castigar, não teríamos a oportunidade de reorientar, e o aluno não teria a chance de crescer. Ao contrário, teria um prejuízo no seu crescimento, e nós perderíamos a oportunidade de sermos educadores.

A avaliação formativa acontece durante o processo de ensino, com o intuito de repensar a metodologia, refletir em outra proposta para o aluno melhor aprender, e verificar se os

objetivos foram ou não alcançados, ou seja, permite ao docente examinar a sua forma de ensinar.

Segundo Haydt (2008, p. 18), “A avaliação formativa está muito ligada ao mecanismo de *feedback*, à medida que também permite ao professor detectar e identificar deficiências, na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo”. Nesse sentido, a autora destaca que a avaliação pode servir como um meio de controle de qualidade, para assegurar que cada ciclo novo de ensino-aprendizagem alcance resultados tão bons ou melhores que os anteriores.

Perrenoud (1998), afirma que uma avaliação é formativa se, ao menos na mente do professor, supostamente contribuir para a regulação das aprendizagens em curso no sentido dos domínios visados. Essa linguagem abstrata permite definir a regulação por meio de suas intenções, sem se fechar de saída em uma concepção particular dos objetivos, da aprendizagem ou da intervenção didática.

Segundo Almeida (2011, p.12), a avaliação torna-se formativa

[...] quando o aluno, estimulado e orientado a estudar melhor para satisfazer a curiosidade, acaba se encantando com o saber. Mas, para fazer perguntas que saciem a curiosidade, há que ter confiança em si. Essa é a tarefa da avaliação feita pelo bom professor: intervir na aprendizagem do aluno e provocar um processo intencional de reflexão e releituras num movimento de problematização e ressignificação da própria aprendizagem, desenvolvendo nele confiança e vontade de aprender.

Nesse aspecto, o autor enfatiza que um bom educador é aquele que estimula os alunos a estudar, expor suas opiniões, fazer perguntas, exprimir curiosidades, entre outros fatores. A sala de aula é um ambiente no qual alguns alunos sentem medo de passar vergonha pelo fato de ser apenas aprendizes. Por esse e outros motivos que o professor deve ser orientador.

A terceira função é a avaliação somativa, que permite certificar o que o aluno efetivamente aprendeu, visando, na maioria das vezes, à atribuição de notas. Conforme Haydt (1997, p. 18), “[...] realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro”.

Os estudantes são classificados através de um instrumento de verificação, ou seja, a partir do resultado do exame, aos desempenhos do alunos são atribuídos conceitos como bom ou ruim. Na maioria das vezes, os considerados bons continuam bons e os considerados ruins permanecem ruins. Sobre como ocorre esse tipo de avaliação, Luckesi (2001, p.34) acrescenta:

Trabalha-se uma unidade de estudo, faz-se uma verificação do aprendido, atribuem-se conceitos ou notas aos resultados (manifestação supostamente relevante do aprendido) que, em si, devem simbolizar o valor do aprendido do educando e encerra-se aí o ato de avaliar. O símbolo que expressa o valor atribuído pelo professor ao aprendido é registrado e, definitivamente, o educando permanecerá nesta situação.

A avaliação somativa acontece no final do processo de ensino, com o objetivo de verificar o que o aluno efetivamente aprendeu. Segundo Haydt (2008, p. 25-26): “A avaliação somativa supõe uma comparação, pois o aluno é classificado segundo o nível de aproveitamento e rendimento alcançado, geralmente em comparação com os demais colegas, isto é, como o grupo classe”. Dessa forma, essa avaliação tem como função a classificação dos estudantes, com isso os pais ou responsáveis pelos alunos e a sociedade acabam exigindo cada vez mais dos educandos e essa cobrança nem sempre é positiva.

Os profissionais da educação não devem utilizar a avaliação apenas como instrumento de classificação. Sobre a avaliação classificatória, Hoffmann (1994, p. 95) diz que consiste em “corrigir tarefas e provas do aluno para verificar respostas certas ou erradas e, com base nessa verificação periódica, tomar decisões quanto ao seu aproveitamento escolar, sua aprovação ou reprovação em cada série ou grau de ensino (prática avaliativa tradicional)”. Desse modo, a autora considera essa avaliação como puramente individual, sendo o aluno avaliado por determinado instrumento.

Segundo Haydt (2008), o propósito da função somativa é classificar os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com níveis de aproveitamento estabelecidos. Podemos perceber que essa função faz parte de uma realidade bastante comum das nossas escolas, utilizada para medir a quantidade de conhecimento construído pelo discente ao final de um ano ou semestre letivo, ou uma unidade de ensino.

No Brasil, oficialmente a avaliação escolar está regulamentada. De acordo com o artigo 24 da LDB 9.394/96, deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Vale ressaltar que existe diferentes formas avaliativas, cada uma tem sua função específica e pode ser usada em diferentes momentos do processo avaliativo. Esse procedimento é de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante.

3 METODOLOGIA: CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta seção, será apresentada a metodologia da pesquisa, através da descrição dos métodos e instrumentos empregados para a realização deste trabalho. Compõe-se também o perfil dos sujeitos colaboradores, a caracterização da rede municipal do município e a descrição da Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima, lócus da pesquisa.

3.1 Caracterizando a pesquisa

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa, que possibilitou um aprofundamento sobre a avaliação aplicada no quarto ano do ensino fundamental e propiciou uma relação próxima entre pesquisador e informantes. Optou-se pela abordagem qualitativa devido ao fato de esta ser adequada aos objetivos do estudo.

A respeito da pesquisa qualitativa, Richardson (2007) diz que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Nesse sentido, esta abordagem proporciona entendimento sobre a problemática investigativa.

Em sua fase inicial, a fonte de informação fez uso da pesquisa bibliográfica, explicitando as concepções de diferentes autores sobre avaliação da aprendizagem e posteriormente a pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola municipal situada na zona periférica da cidade de Lagarto, estado de Sergipe, no final do ano de 2018, no período vespertino.

De acordo com Lakatos e Marconi (1987), a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de obras literárias publicadas sobre o assunto em livros periódicos, monografias, teses, dissertações e material cartográfico com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito. Já com a pesquisa de campo pretende-se aproximar-se dos fatos e buscar informações. Segundo Marconi e Lakatos (1996), os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil afirma (2008, p. 50):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Nessa perspectiva, segundo o autor, a vantagem é importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos pelo espaço, pois seria impossível, por exemplo, percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população.

Marconi e Lakatos (2003, p. 186) acrescentam que: “A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Desse modo, entende-se que a pesquisa de campo é uma etapa importante da pesquisa, pois permite obter dados e informações sobre o objeto de estudo diretamente da realidade.

O tipo de pesquisa segundo os procedimentos de coleta foi o estudo de caso. De acordo com Gonsalves (2011, p. 69), estudo de caso “é o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno”. Desse modo, segundo a autora, esse procedimento concretiza a possibilidade de examinar minuciosamente uma experiência, além de colaborar na tomada de decisão sobre o problema estudado, ensejando modificação.

Os instrumentos que foram usados para coleta dos dados foram a entrevista e a observação. A entrevista foi destinada aos docentes, pretendendo-se por meio dessa técnica colher informações relacionadas ao conteúdo da pesquisa. Tal escolha baseou-se na percepção de que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. (GIL, 2008, p.128).

A outra técnica foi a observação, visto que essa ação é uma prática que permite extrair e assimilar informações. Segundo Gil (2008, p. 100): “A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipótese, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa”.

A escolha desse instrumento dá-se em função de um melhor aprofundamento na coleta dos dados e também por desempenhar papel fundamental no processo da pesquisa, já que

permite registrar e acumular informações e examinar fatos que ocorreram quando esteve presente no ambiente pesquisado. Assim Marconi e Lakatos (2003, p. 190) acrescentam: “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

3.2 Perfil dos sujeitos colaboradores

De acordo com Gonsalves (2011, p. 71): “Os sujeitos da pesquisa se referem ao universo populacional que você privilegiará, às pessoas que fazem parte do fenômeno que você pretende desvelar”. Compreende-se que o sujeito da pesquisa é o participante investigado e de suma importância para o desenvolvimento de um trabalho.

A escola em foco oferece o ensino regular e a educação de jovens e adultos (EJAEF), tem oitenta funcionários, dentre eles sessenta professores e destes três docentes são participantes da pesquisa. Foi escolhida uma série (ano) para estudo da pesquisa. Os docentes não foram escolhidos de forma aleatória. Inicialmente houve a preocupação em expor aos professores as etapas do trabalho de pesquisa e a proposta de que a pesquisadora iria frequentar das aulas para observação.

Os sujeitos colaboradores desta pesquisa foram três professoras do 4º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima. Buscou-se obter informações necessárias sobre o perfil das professoras que contribuíram com a entrevista, fazendo-se um levantamento de informações profissionais e pessoais.

Foram apresentadas dez perguntas às participantes (Apêndice A), com o intuito de conhecer melhor seus conhecimentos sobre a área da pesquisa. Durante o diálogo da entrevista, as docentes acabaram relatando suas experiências de vida e trabalho. As entrevistas foram realizadas no período vespertino. Cada turma possui de 28 a 32 alunos matriculados.

Com relação às professoras, utilizaremos as siglas P1 para a professora 1; P2 para a professora 2; e P3 para a professora 3. A P1 tem 57 anos de idade, possui graduação em pedagogia, trabalha na educação há 32 anos e sempre ensinou no 3º e 4º ano. A P2 tem 47 anos de idade, possui graduação em pedagogia e especialização em psicopedagogia, leciona há dois anos no 4º ano do ensino fundamental. Já a P3 tem idade de 60 anos, sua escolaridade é o magistério do ensino médio, e passou a trabalhar na educação antes mesmo de sua formação, está há três anos a lecionar na série estudada.

A P1 e a P3 trabalham apenas na instituição em foco e a P2 leciona em outra unidade escolar. As entrevistadas trabalham há mais de 16 anos na escola pesquisada. Vale destacar que as profissionais são todas do sexo feminino.

3.3 Caracterização da rede municipal de ensino de Lagarto

Para melhor compreensão, faz-se breve descrição do município foco da pesquisa. Segundo dados do *site* Wikipédia, Lagarto é um município brasileiro localizado no estado de Sergipe, na região Nordeste do país. Encontra-se na região centro-sul do estado, localizado a 75 km da capital, Aracaju. É a maior cidade do interior sergipano. Segundo dados do IBGE (2017), sua população é de 104.099 habitantes, o que o coloca como o terceiro município mais populoso de Sergipe.

Figura 1: Mapa de localização do município de Lagarto no estado de Sergipe.



Fonte: WIKIPEDIA. **Lagarto (Sergipe).** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_\(Sergipe\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_(Sergipe))>. Acesso em: 4 jul. 2018.

A história revela que a sede do município é uma das mais antigas povoações do estado, sendo a terceira vila criada na capitania sergipense, cuja colonização já estava no território em

1596. No século XVIII, acontece a colonização das terras de Lagarto, após a chegada de um novo grupo de colonos, o que deu origem às fazendas de gado e aos engenhos.

Alguns historiadores defendem a tese de que a cidade nascera do povoado Santo Antônio, distante 6 km da atual sede do município. Há duas versões sobre a origem do nome do município: a existência de uma pedra de forma de lacertília (subordem de répteis que têm o corpo coberto por escamas, popularmente conhecidos como lagartos), encontrada nas proximidades de um riacho; e o registro de um brasão com marcas de lagarto, deixado por uma família de nobres portugueses.

Está a 183 metros acima do nível do mar e possui uma área de 969,2 km². No seu solo, há riquezas minerais exploradas e inexploradas: argila, calcário, mármore, enxofre e pedras de revestimento. Sua área de preservação contém as piscinas do Povoado Brejo e o Balneário Bica.

O município é composto por mais de 100 povoados. O Censo 2010 mostra que 48,46% da população reside na zona rural, já a zona urbana abriga 51,54% da população. Sergipe tem algumas festas bastante típicas e a cidade de Lagarto conta com inúmeros festejos tais como: chegada, taieiras, cangaceiros, zabumba, parafusos, quadrilhas e silibrina.

Lagarto possui em torno de 94 escolas, sendo 78 municipais, 12 estaduais, 13 privadas e uma federal, distribuídas entre os níveis pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio e educação profissionalizante em nível técnico e tecnológico. Além disso, algumas unidades da rede pública ofertam educação em tempo integral, através de programas como por exemplo, Mais Educação, e Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, entre outros.

As instituições do ensino superior do município são: Faculdade Dom Pedro II (antiga José Augusto Vieira), Universidade Tiradentes (Educação a Distância), Faculdade Ages, Instituto Federal de Sergipe e o *Campus* Avançado da Saúde da Universidade Federal de Sergipe. Há ainda instituições profissionalizantes: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A população lagartense nos últimos anos tem visto um aumento considerável de estudantes no ensino superior. Com isso, surgiu a necessidade de ampliar o quantitativo de veículos que transportam residentes do município para faculdades e instituições universitárias vizinhas. O município conta com a Associação de Estudantes Universitários de Lagarto (Aseul), que administra o transporte em parceria com a prefeitura municipal. Segundo os dados da Aseul, há 22 linhas de ônibus funcionando nos três turnos, quatro pela manhã, três à tarde e 15 no período noturno. Em torno de 1.000 estudantes utilizam esse serviço.

Lagarto também foi berço para intelectuais renomados, dentre os quais podemos citar Silvo Romero, Laudelino Freire, Aníbal Freire, Abelardo Romero Dantas e Luiz Antônio Barreto. Alguns destes fazem parte tanto da história local quanto da nacional.

Dentre as instituições escolares que compõem a rede municipal de ensino de Lagarto, está a Escola Manoel de Paula Menezes Lima, situada no bairro Ademar de Carvalho, que foi o campo empírico de nossa investigação.

3.3.1 Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima e seu Projeto Político-Pedagógico

Este tópico tem como finalidade apresentar a caracterização do campo empírico, a partir dos seguintes aspectos: estrutura física, organização administrativa e equipamentos disponíveis na instituição.

A escola em questão foi criada pela Lei Municipal nº 03/84 e está localizada na Avenida Machado S/N, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. As modalidades de ensino oferecidas nesta escola são ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJAEF). Tem 80 colaboradores entre professores, diretora, coordenadoras e pessoal de apoio. Conta com 800 estudantes matriculados. É uma unidade que se localiza em uma comunidade desprovida de bens materiais e saneamento básico, entre outras necessidades.

A escola foi fundada em 20 de abril de 1980. O nome escolhido foi uma homenagem a um homem de classe média que não media esforços para ajudar a comunidade e as instituições sociais do município. Foi uma decisão tomada pela comunidade e pelas autoridades da época. O homenageado, Manoel de Paula, foi funcionário público, exerceu a função de coronel e também foi comerciante e provedor do hospital da cidade.

Em relação aos aspectos físicos e tecnológicos, a escola possui muros bem estruturados em torno de toda escola, tem 11 salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca com sala de leitura, uma sala de recurso, uma cozinha, dois banheiros de alunos, um banheiro de funcionários, uma sala dos professores, uma secretaria, uma diretoria e um pátio. Os equipamentos disponíveis são TV, som, retroprojetor, DVD, *data show* e impressora.

A unidade escolar possui três coordenadoras, uma diretora, sessenta professores e um psicopedagogo. A escola realiza reuniões pedagógicas quinzenais, reuniões a cada bimestre com os pais e responsáveis pelos alunos para discutir o rendimento escolar dos educandos,

conselho de classe com frequência semestral e colegiado com frequência de acordo com os eventos de culminância de projetos.

Durante o ano letivo, a escola desenvolve ações e projetos que abrangem diversos temas, como, por exemplo: Projeto junino “origem da mandioca”, projeto de leitura “Vista minha pele”, projeto “jogos de damas”, projeto “preservação do patrimônio público”, saúde na escola, alimentação saudável, orientação sexual e sobre drogas, entre outros.

É necessário também citar o espaço do refeitório, pois é um ambiente que deve sempre existir em prol da qualidade nutricional dos alimentos. Tal espaço contém equipamentos necessários para o armazenamento dos gêneros alimentícios e nele trabalham duas funcionárias por turno. O cardápio é feito de acordo com os alimentos disponíveis e as merendeiras são coordenadas por um coordenador da cozinha, pessoa que resolve quais serão as refeições do dia.

A unidade escolar possui projeto político-pedagógico (PPP), formulado por uma equipe de oito pessoas formada pela diretora, coordenadora pedagógica e professores que juntos constroem o projeto. Em seguida, foi apresentado aos docentes, que opinaram e fizeram alterações que julgaram necessárias. Sobre tal instrumento, Silva (2003, p. 298) afirma:

[...] o projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz está de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola... Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político-pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática.

Percebe-se que o PPP é um documento essencial para qualquer escola, pois é um planejamento escolar em busca de alcançar os principais objetivos da instituição. Todos os integrantes da comunidade escolar devem estar atualizados em relação às informações desse documento.

Veiga (2008, p. 11) diz que: “O projeto político-pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade de ensino”. Acrescenta ainda que:

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades

educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2008, p. 12-13).

Dessa forma, o PPP é um projeto eficiente e capaz de possibilitar à instituição condições de se planejar, sendo, assim, um documento essencial dentro da escola. Dessa forma é importante que esteja sempre atualizado e que seja mantido ativo na unidade escolar.

De acordo com o PPP da escola pesquisada, o processo pedagógico desenvolvido na instituição deve ser diversificado, tendo o docente a liberdade de utilizar diferentes estratégias de ensino, como aulas expositivas, trabalhos individuais ou em grupo, aulas-passeio e gincanas, entre outros, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino.

Segundo o PPP da unidade de ensino, o planejamento didático e metodológico é realizado pelos professores respeitando sua autonomia pedagógica, discutido e analisado na semana de início do ano letivo, em reuniões e atividades de estudo com os docentes.

O PPP da escola segue contribuição da LDB (Lei nº 9394/96) quando diz em seu artigo 24, inciso V: “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Na concepção dos membros da escola, a avaliação da aprendizagem é, sem dúvida, uma das áreas em que as escolas na sua maioria encontram uma das maiores dificuldades, decorrente de certa incompreensão sobre a função da avaliação.

O objetivo avaliativo da escola segundo seu PPP é: diagnosticar e registrar os progressos dos alunos e suas dificuldades; possibilitar aos alunos a autovalorização de sua aprendizagem; orientar os alunos quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Os resultados da verificação do rendimento escolar dos alunos são expressos em notas numa escala de 0 a 10. A avaliação qualitativa corresponde ao valor bimestral máximo de quatro pontos, não sendo pontuadas as frações inferiores a meio ponto, e a avaliação quantitativa é equivalente a seis pontos, sendo desconsideradas as frações inferiores a meio ponto – somando-as e obtendo-se dez pontos em cada componente curricular, exceto o ensino religioso.

4 DISCUTINDO PRÁTICAS AVALIATIVAS A PARTIR DOS DADOS EMPÍRICOS

Nesta seção, discutiremos sobre práticas avaliativas no cotidiano escolar, analisando as observações e entrevistas realizadas, e fazendo dialogar os dados empíricos com as teorias. Ou seja, iremos apresentar, a partir das observações e das entrevistas, diálogos com os autores da pesquisa.

4.1 Práticas avaliativas

A avaliação da aprendizagem escolar é um assunto que se discute bastante entre os membros das instituições, especificamente na área educacional. Essa temática gera polêmica e desconforto entre os docentes, porém é indispensável ser debatido e desenvolvido no cotidiano escolar.

Assim a avaliação está presente não só no ambiente escolar, mas também no dia a dia dos seres humanos. Sobre essa questão, Vasconcelos (2016) diz que a avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. Julgar, comparar, isto é, avaliar, são ações que fazem parte de nosso cotidiano, tanto através das reflexões formais quanto informalmente.

No entanto, a avaliação na prática escolar é pouco utilizada como forma de ajudar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, sendo frequentemente aplicada como forma de punição, autoritarismo e controle. Discutindo essa temática, Libâneo (1994, p. 198) destaca que: “A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas”. Dessa forma, a prática avaliativa está sendo alvo de críticas devido a sua função educativa.

Existem docentes que chegam nas salas de aulas e dizem: “Surpresa! Hoje é dia de prova”. Isso para os estudantes é como se fosse um pesadelo, pois acham que não estão preparados e que não vão conseguir tirar boas notas. Segundo Haydt (2008), a avaliação deve ser encarada como uma forma de estimular o aluno e não como um instrumento de punição ou tortura. Nesse sentido, a avaliação acaba prejudicando o aluno ao invés de ajudá-lo no processo de aprendizagem.

Sobre essa questão, Almeida (2011, p. 10) acrescenta:

O resultado do processo avaliativo é coberto por camadas de emoções, que variam de pessoa para pessoa: dúvida sobre a própria capacidade, arrogância, medo, excitação, resistência à crítica. Essas emoções não são prerrogativas das crianças. Todos nós sentimos a cada dia as dificuldades de sermos avaliados.

Neste aspecto, a avaliação provoca impacto emocional em algumas pessoas. Dentro do universo escolar, o medo de errar muitas vezes leva à paralisação. Com isso, segundo o autor cabe ao educador envolver os alunos no processo avaliativo, de modo a torná-los dispostos a, sem medo ou constrangimento, ouvir críticas e usá-las para crescer.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, pois é através das práticas avaliativas que são identificadas as dificuldades existentes e a partir dessa identificação torna-se possível a elaboração de estratégias com o objetivo de melhorar o processo educativo.

Nessa perspectiva, Berger (2002 p. 40) afirma:

O professor, através dos resultados da avaliação, utiliza os erros da aprendizagem, as falhas dos alunos não para castigá-lo, mas como indícios para a melhoria de sua atuação, o que irá reverter em uma melhoria da aprendizagem do aluno; desta forma, há um redimensionamento na concepção de erro.

Os alunos e professores, a partir dos resultados avaliativos, podem usá-los para refletir sobre seus desempenhos. O docente pode questionar a eficiência do seu trabalho didático se a maioria dos estudantes não apresentar bons resultados; já os estudantes, caso não tenham bons resultados, podem buscar ajuda, rever os assuntos trabalhados para reverter o quadro.

Como afirma Haydt (2008, p. 11):

[...] avaliar consiste em fazer um julgamento sobre resultados, comparando o que foi obtido com o que se pretendia alcançar. Dessa forma, a avaliação pode ser útil para orientar tanto o aluno como o professor: fornece informações ao aluno para melhorar sua atuação e dá elementos ao professor para aperfeiçoar seus procedimentos didáticos.

Luckesi (2001) acrescenta: “[...]os resultados manifestados por meio dos instrumentos de avaliação poderão auxiliar o aluno num processo de automotivação, na medida em que lhes fornece consciência dos níveis obtidos de aprendizagem”. Nesse aspecto, os resultados dos instrumentos de avaliação podem ser uma forma de estimular o aluno, através de expressões como “parabéns” e “muito bom”. Essas palavras fazem diferença para os alunos, pois vibram com os elogios.

Além disso, professores e alunos, através das práticas avaliativas, podem constantemente avaliar suas próprias atitudes. De acordo com Haydt (2008, p. 147-148) através da:

[...] autoavaliação, o aluno tem uma participação mais ampla e ativa no processo de aprendizagem, porque ele tem oportunidade de analisar seu progresso nos estudos (o quanto rendeu e quanto poderia ter rendido), bem como suas atitudes e comportamento frente ao professor e aos colegas.

Nessa perspectiva, a autoavaliação contribui com o crescimento e aperfeiçoamento dos alunos acerca da consciência dos resultados por eles obtidos. Acrescenta ainda que: “o professor deve incentivar a participação do aluno na avaliação do seu próprio desempenho, pois a capacidade de se autoavaliar, como toda habilidade, é suscetível de desenvolvimento pela prática constante” (HAYDT, 2008, p. 147-148). No entanto, autoavaliar-se não é uma tarefa tão simples, pois requer acompanhamento e orientação para facilitar a autoanálise.

A prova é um instrumento avaliativo muito usado e aplicado durante o ano letivo. Por muito tempo foi vista como forma de medir erros e classificar os alunos entre bons e ruins. Nessa perspectiva, segundo Moretto (2005, p. 94), “a prova também não cumpre seu real papel. Se a nota foi razoável ou ótima, os pais dão-se por satisfeitos, pois pressupõem que a nota traduz a aprendizagem correspondente, o que nem sempre é verdade”. Nesse sentido, a nota da prova nem sempre mostra os verdadeiros resultados da aprendizagem dos alunos.

Frequentemente ouvimos dizer que a aprovação e a reprovação são as grandes preocupações da escola, pois o que realmente interessa no final do ano letivo é aprovar o maior número possível de estudantes. A preocupação dos pais também, na maioria dos casos, é com a aprovação dos filhos, principalmente em escolas particulares. Sobre essa temática, Luckesi (2001, p. 99) considera: “professores, assim como normalmente os alunos e seus pais, interessamo-nos pela aprovação ou reprovação dos educandos nas séries escolares; porém, estamos pouco atentos ao seu efetivo desenvolvimento”.

A participação da família na vida escolar dos alunos é de suma importância, no processo de aprendizagem dos estudantes. A família deve ter contato sempre com a instituição escolar, que sozinha não consegue educar e ensinar. Os pais ou responsáveis devem participar das reuniões escolares, estimular as crianças à leitura e escrita, acompanhar as atividades escolares, esclarecer dúvidas etc. Assim, podem facilitar a construção do conhecimento dos filhos e a obtenção de melhores resultados.

Libâneo (1994), considera um equívoco quando os educadores utilizam as atividades escolares avaliativas como educação compensatória, através da qual os alunos que têm maior desempenho recebem presentes por cumprirem as tarefas escolares e os estudantes considerados desinteressados ou indisciplinados recebem punições. Dessa forma, o ambiente escolar torna-se competitivo e os alunos considerados fracos ficam desmotivados.

Podemos observar que nas escolas ainda encontram-se professores que na sua prática avaliativa utilizam procedimentos metodológicos inadequados, como ações punitivas, por exemplo, quando o professor tira pontos dos alunos devido a atos de indisciplina na sala de aula. Partindo desse pressuposto, os docentes deverão superar o autoritarismo e estabelecer novas metodologias para o processo avaliativo.

É preciso também destacar os professores que vêm renovando a cada dia suas metodologias avaliativas, buscando encontrar caminhos para aperfeiçoar o trabalho docente. Segundo Luckesi (2001, p. 32), “a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos”. A escola vem construindo, buscando condições favoráveis para as novas gerações. A desconstrução do autoritarismo do professor é uma delas, pois a relação entre professor e aluno é importante para qualquer estudante.

Desta feita, na atualidade com a tendência crítica social dos conteúdos, corrobora-se uma avaliação preocupada com a superação do estágio do senso comum (desorganização do conteúdo) para a consciência crítica (sistematização dos conteúdos), ao contrário da escola tradicional, que via a avaliação como uma valorização dos aspectos cognitivos, com ênfase na memorização.

4.2 Relatando as observações

Sendo a observação uma técnica empregada para recolher informações, faz-se necessário seu uso para um melhor resultado das informações coletadas no campo empírico. Gil (2008, p. 100) destaca que “a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzido”.

As observações foram realizadas na Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima, dando-se em dois períodos: o primeiro foi realizado no mês de junho de 2018 nos dias 12, 13 e 19 – neste período também fizemos as entrevistas; e continuarmos com as observações no mês de julho nos dias 09, 10 e 11 de 2018.

Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram três professoras do 4º ano do ensino fundamental. Estas serão representadas através das siglas P1, P2 e P3, como já foi mencionado na metodologia para a identificação dos sujeitos.

No primeiro dia, 12 de junho, foi realizada a observação na sala de aula da P1. Nesse dia, houve atividades de português, correção da atividade para casa e ministração de assunto de ciências. No dia seguinte, 13 de junho, deu-se a observação na sala de aula da P2, ocasião na qual ministrou-se conteúdo e realizaram-se atividade de história e exercício de português. No dia 19, a observação foi na sala de aula da P3, quando ministrou conteúdos e atividades de ciências e matemática.

O período de observação na sala de aula foi importante para compreender como as docentes regentes realizam a gestão da classe e como fazem para que os alunos aprendam os conteúdos abordados. Essa prática é fundamental para o licenciando, pois, através dela, podemos relacionar a teoria com a prática.

A semana avaliativa da instituição em foco deu-se de 9 a 13 de julho. Nesse mês, foi realizada a segunda etapa das observações. No dia 9, foi observada a aplicação da prova na sala da P1. O instrumento de verificação do rendimento escolar foi uma prova escrita com questões objetivas da disciplina de português.

Observemos a prova escrita de português (Anexo A) aplicada aos alunos do 4º ano do ensino fundamental, elaborada pela P1. Trata-se de prova composta por oito questões – cada pergunta representando um dos conteúdos que foram trabalhados em sala de aula. Exemplo: separação de sílabas; palavras com lha, lhe, lhi, lho e lhu; palavras monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas; e pontuações, entre outras.

No dia seguinte, 10 de julho, foi observada a aplicação na sala da P2 de prova escrita com questões objetivas da disciplina de matemática. No dia 11, a observação foi feita na turma da P3, na qual aplicou-se prova escrita com questões objetivas de história e cultura sergipana, todas realizadas individualmente. As professoras inicialmente tinham a preocupação em explicar toda a prova, mesmo assim, os alunos faziam perguntas às docentes sobre as questões durante a avaliação.

Vejamos a prova de história e cultura sergipana (Anexo B), elaborada pela P3, composta por seis questões. A 1ª e 2ª questões foram relacionadas aos festejos juninos e as demais questões sobre à História do Brasil.

Percebe-se que as professoras utilizaram a prova escrita como instrumento de verificação. De acordo com Libâneo (1994), as provas assim como outros instrumentos de verificação são meios necessários de obtenção de informação sobre o rendimento dos alunos. A escola, os professores, os alunos e os pais necessitam da comprovação quantitativa e qualitativa dos resultados do ensino e da aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido.

As “provas” são um dos principais e mais comuns instrumentos avaliativos de verificação do rendimento escolar. Elas podem ser divididas em três tipos: provas orais, provas escritas dissertativas e provas escritas de questões objetivas. Segundo Libâneo (1994, p. 205), o objetivo de uma prova é:

[...] verificar o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos. Por exemplo: raciocínio lógico, organização das ideias, clareza de expressão, originalidade, capacidade de fazer relação entre fatos, ideias e coisas, capacidade de aplicação de conhecimento etc.

Nessa perspectiva, a prova é um instrumento utilizado pelos professores para verificar se os estudantes compreenderam a explicação de tal conteúdo. Segundo Almeida (2011, p. 71), “a boa prova é aquela que valoriza e respeita o trabalho do aluno, ajudando-o a posicionar-se em relação aos estudos, de acordo com suas possibilidades e seus limites”. As provas só fazem sentido se elas estiverem de acordo com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Segundo o autor, a prova é uma ocasião na qual o aluno demonstra o quanto sabe sobre determinado conteúdo, como também suas habilidades e em que precisa melhorar.

A prova oral era um dos recursos mais usados nos séculos passados. Atualmente é menos utilizada. Conforme Haydt (2008), a vantagem da prova oral é avaliar a capacidade reflexiva e crítica do estudante, no que se refere ao tema abordado. “A prova oral tem como função principal avaliar conhecimentos e habilidades de expressão oral, por isso é especialmente recomendada no ensino de línguas” (HAYDT, 2008, p. 61). Desse modo, é aconselhado utilizar essa avaliação no que se refere ao ensino de língua estrangeira para verificar a pronúncia, a construção correta da frase e a fluência do vocabulário.

A autora ainda acrescenta as desvantagens da prova oral:

- Oferecer uma amostra reduzida do conhecimento do aluno, pois o pequeno número de perguntas não abrange todos os conteúdos estudados;
- Os atributos pessoais do aluno (fluência verbal, capacidade de expor oralmente as ideias, simpatia, desembaraço ou timidez etc.) interferem no resultado.
- O julgamento é imediato e, não havendo padrões fixos, torna-se subjetivo;
- Requer muito tempo para sua realização, pois os alunos são avaliados individualmente;
- Não há igualdade de questões nem de condições ambientais (pois as perguntas são diferentes para cada aluno, e sendo a ocasião do exame também diferente, a receptividade do professor às respostas dadas pode variar). (HAYDT 2008, p. 62).

Alguns alunos quando estão prestes a serem avaliados por uma prova oral ficam nervosos, ansiosos, com tensão à flor da pele, mãos suando, pernas tremendo etc. Isso pode prejudicar o desempenho do estudante. Também as questões não são igualitárias para todos e nem tudo o que foi estudado é aproveitado por todos. Existem aqueles alunos que desenvolvem habilidades para determinado conteúdo; em razão disso, se a questão atribuída a ele não for de sua habilidade, poderá prejudicá-lo. Nas turmas observadas, tendo em vista que os alunos têm idades de 10 a 12 anos, as professoras não costumam aplicar esse tipo de prova. E também por causa da quantidade de alunos em sala de aula, pois avaliar oralmente cada estudante demandaria mais tempo para as professoras.

Sobre a prova escrita dissertativa, Libâneo (1994, p. 205) considera que “cada questão deve ser formulada com clareza, mencionando uma habilidade mental que se deseja que o aluno demonstre. Por exemplo: compare, relacione, sintetize, descreva, resolva [...]”. Dessa forma, a prova escrita dissertativa possibilita ao aluno se expressar de maneira pessoal.

De acordo com Haydt (2008), a prova dissertativa apresenta certos aspectos favoráveis e alguns inconvenientes. Uma das vantagens é a possibilidade de verificação reflexiva do estudante, permitindo também verificar se o educando é capaz de organizar suas ideias. E um dos aspectos inconvenientes é que uma questão dissertativa não pode abranger todos os conteúdos estudados.

A prova escrita de questões objetivas, segundo Libâneo (1994), possibilita a elaboração de maior número de questões, abrangendo um campo maior da matéria dada. Para os professores proporciona uma correção mais rápida, pois cada item geralmente apresenta uma única resposta correta. Com esse tipo de prova o aluno pode escolher a resposta entre as alternativas, sem mesmo compreender a questão elaborada.

As professoras investigadas elaboraram suas provas escritas com questões objetivas. Exemplos: lacunas e correspondência, entre outros. Sobre a questões de lacunas, Libâneo

(1994) diz que são questões compostas por frases incompletas, deixando um espaço em branco (lacuna) para ser preenchido com uma só resposta certa. Acrescenta ainda que a lacuna não deve aparecer no início da frase.

A questões de correspondência, segundo Libâneo (1994, p. 208-209):

São elaboradas fazendo-se duas listas de termos ou frases. Na coluna da esquerda (A), são colocados conceitos, nomes próprios ou frases, cada um com uma numeração. Na coluna da direita (B), colocam-se respostas fora de ordem, para que o aluno numere a resposta que corresponde à numeração da coluna A.

Compreende-se que existem vários tipos de questões objetivas e que cada um deles possui suas vantagens e desvantagens, dessa forma, cabe ao docente escolher o tipo a ser usado.

As docentes utilizam critérios avaliativos na atribuição da nota, vejamos: atividade (0,0 a 2,0); participação (0,0 a 1,0); comportamento (0,0 a 1,0) e a prova (0,0 a 6,0) pontos. Percebe-se que as professoras seguem o regimento escolar, pois, de acordo com a norma, os resultados da verificação escolar dos alunos são expressos em notas numa escala de 0 a 10. A avaliação qualitativa corresponde ao valor máximo de quatro pontos e a avaliação quantitativa é equivalente a seis pontos.

Para fins de explicação, vamos exemplificar com a prova de matemática aplicada aos alunos do 4º ano do ensino fundamental.

Figura 2: Prova escrita de matemática aplicada no 4º ano do ensino fundamental

Escola Municipal Manoel de Paula Menezes Lima

Aluno(a): _____ Série: _____

Professor(a): _____ Data: ____/____/____

Classificação de Matemática

Critérios Condições	Citadas (2,0)	Participação (1,0)	Compromisso (1,0)	Nota (6,0)

Questão 01 –

Observe o gráfico. Ele mostra a quantidade de livros pelas editoras em um final de semana.

Editora	Quantidade de livros vendidos
Ediouro	689
Ática	953
Salamandra	755
Globo	812
Brinquê-book	530
Moderna	784

Resolva as questões de acordo com os dados da tabela.

a) transcreva os números que indicam a quantidade de livros vendidos seguindo a ordem decrescente.

b) indique o nome da editora que a quantidade de livros vendida é representada pelo maior número par.

c) indique a número da editora em que seu número de livros vendidos tem o algarismo 5 com valor posicional igual a

* 500 _____

* 50 _____

* 5 _____

d) apresente, por extenso, os números impares.

e) calcule a diferença entre a quantidade de livros vendidos pela editora Cítica e pela editora Brinquê-bast.

Operação	Resposta
$\begin{array}{r} 8976 \\ + 9452 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 7498 \\ + 465 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 7654 \\ + 1523 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 763 \\ + 437 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 9846 \\ + 2453 \\ \hline \end{array}$	
$\begin{array}{r} 9765 \\ - 2343 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 8763 \\ - 4235 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 6743 \\ - 2513 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 896 \\ - 43 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 7899 \\ - 4539 \\ \hline \end{array}$	

Questão 2 -

Resolva as operações corretamente.

* Polígonos são:






a) figuras que possuem linhas curvas e retas;

b) figuras que possuem várias faces;

c) figuras geométricas que possuem vários ângulos fechados;

d) figuras que representam sólidos geométricos;

* Passe um traço nas figuras que são polígonos.

Questão 3 -

Dê o valor absoluto e o valor relativo dos números abaixo:

a) 1746

UC	UR

b) 2356

UC	UR

Questão 4 -

Dê o dobro de:

250 _____	24 _____	16 _____
80 _____	8 _____	140 _____

Podemos observar na figura anterior que a prova de matemática é composta por um gráfico. Essa representação gráfica foi escolhida pela P2 para obter informações sobre a aprendizagem de seus alunos e observar a capacidade deles ao interpretar as informações. A leitura de um gráfico pode ser usada para responder questões de diferentes disciplinas.

Em seguida, pode-se observar questões com os seguintes conteúdos: operação, polígonos, valor absoluto, valor relativo e dobro. Segundo a P2, esses conteúdos foram explicados durante o semestre e ela acrescenta que também foram trabalhados em sala gráficos, pois não costuma cobrar na prova o que não foi apresentado em aula.

Percebe-se que as docentes utilizam a avaliação somativa, pois os estudantes são classificados através de um instrumento de verificação, realizado no final de cada semestre. E também são contabilizados pontos das atividades, comportamento e participação juntamente com a prova.

4.3 Analisando as entrevistas

Neste tópico, temos como objetivo discutir os dados coletados na realidade investigativa, apresentando, assim, a visão das professoras colaboradoras sobre a avaliação da aprendizagem, a partir da técnica da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos dias 12, 13 e 19 de junho de 2018, dando-se no primeiro período das observações. Essa técnica de coleta de dados para este trabalho contribuiu primeiramente na identificação dos sujeitos, dos quais foram coletadas informações como: idade, tempo de docência e de formação, entre outras. Posteriormente, buscou-se investigar questões relacionadas à avaliação.

No tocante à questão que abordava a concepção das docentes sobre a avaliação da aprendizagem, segundo as participantes P1 e P3, a avaliação é um processo contínuo, pois coletamos informações sobre a aprendizagem de nossos alunos.

Percebe-se que as duas professoras definem a avaliação como um processo contínuo. Essa concepção se assemelha à do autor Vasconcelos (2016, p. 116) quando diz: “[...]contínuo e diário não só para o aluno, mas também para a escola e para o professor. São ações que devem refletir de maneira geral a vida escolar como um todo”.

De acordo com Libâneo (1994, p. 203), a avaliação escolar “é um processo contínuo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho. A verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem devem se dar no início, durante e no final das unidades didáticas,

visando-se sempre diagnosticar e superar dificuldades [...]”. Neste aspecto, o autor enfatiza que a avaliação da aprendizagem não deve ocorrer apenas no final de um período ou semestre, mas ao longo de todo o processo.

O autor ainda acrescenta:

A avaliação deve ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, nem no nível socioeconômico nem nas suas características individuais. A avaliação possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação à classe, estabelecendo uma base para as atividades de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 1994, p. 201).

Nessa perspectiva, todas as atividades avaliativas devem ajudar o aprendiz a aprender mais. A avaliação também contribui com os educadores para alcançar seus objetivos.

Existe uma grande variedade de instrumentos avaliativos que os professores podem usar para determinar em que nível seus alunos estão. Segundo Haydt (2008), todos os instrumentos de avaliação apresentam vantagens e desvantagens. O importante é escolher a forma mais adequada para cada situação.

Na questão seguinte, apresentaremos a concepção das professoras sobre avaliar. A respeito desse assunto, P1 entende que “avaliar é coletar dados sobre a aprendizagem dos estudantes”; já P2 acredita que para “avaliar um aluno, o professor deve utilizar diferentes metodologias, maneiras para entender melhor o estudante, pois os educandos não aprendem na mesma proporção de tempo”; por sua vez, P3 diz que “avaliar é reconhecer o conhecimento do aluno”.

Interpretando as respostas das professoras, compreende-se que avaliar é identificar o que os alunos aprenderam ao longo do processo ensino-aprendizagem. Em relação a essa questão, Haydt (2008, p. 7) coloca: “Ao avaliar os seus alunos, o professor está, também, avaliando seu próprio trabalho. Portanto, a avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina escolar. Daí ser responsabilidade do professor aperfeiçoar suas técnicas de avaliação”.

Nessa perspectiva, a autora enfatiza que o rendimento do aluno é uma espécie de espelho do trabalho desenvolvido em classe. Desse modo, compreende-se que, ao avaliar, o professor tem uma noção dos conteúdos entendidos pelos alunos, bem como sabe se suas metodologias de ensino estão contribuindo com a aprendizagem dos estudantes.

A questão seguinte abordava o conhecimento das professoras em relação a alguns autores que discutem a avaliação. As entrevistadas P1, P2 e P3 não lembram, pois, segundo elas, já faz um bom tempo que estudaram.

A questão seguinte versava sobre os instrumentos utilizados para avaliar os alunos. Com as observações, pudemos perceber que as professoras utilizam o instrumento mais comum de verificação do rendimento escolar: as “provas escritas”. Porém parte da nota atribuída ao aluno provém da participação, trabalhos em grupo ou individuais, lição de casa, atividade de sala e comportamento.

Sobre os trabalhos em grupo:

A boa utilização dos trabalhos em grupo promove avanços para a aprendizagem. Estimular os alunos a confrontar seus pontos de vista e a partilhar informações em um texto são atitudes que possibilitam um vigoroso intercâmbio cognitivo e, portanto, uma forma melhor de aprender por comparação, por estímulo ou pela percepção de um ponto de vista mais amplo. Todos esses aspectos devem ser avaliados oralmente ou por escrito, assim como a capacidade de ouvir, a disposição para trocar, a cooperação com o grupo, o respeito às regras criadas, o cumprimento de prazos. (ALMEIDA, 2011, p. 62).

Dessa forma, segundo o autor, esse tipo de trabalho possibilita aos alunos trocarem informações e colaborarem com os colegas. É fundamental que os alunos aprendam desde pequenos a socializar com as pessoas.

A lição de casa é uma tarefa excelente, pois ajuda os alunos a melhor compreender os conteúdos trabalhados em sala de aula, preparando-os para novas temáticas. De acordo com Almeida (2011, p. 68): “A lição de casa é um excelente recurso para a aprendizagem. Os estudos, os exercícios e as pesquisas solicitados pelo professor, além de ajudarem a consolidar os conteúdos, favorecem a ampliação do conhecimento e criam a rotina de trabalho”. Acrescenta ainda que: “A lição de casa [...] representa um grande desafio pedagógico, porque deve ser realizada fora do contexto escolar. Isso significa que o aluno precisa ter um grau da autonomia e envolvimento suficiente para manter uma rotina de estudo” (p. 69).

A questão seguinte versava sobre o que as professoras fazem com os resultados obtidos das atividades avaliativas. P1 “faz uma somatória e atribui uma nota”; P3 diz que “avalia o desempenho de cada aluno”. Sobre a fala da P1 vale acrescentar a concepção de Libâneo (1994, p. 198): “[...]a atribuição de notas visa apenas o controle formal, com objetivo classificatório e não educativo; segundo, porque o que importa é o veredicto do professor sobre o grau de adequação e conformidade do aluno ao conteúdo que transmite”. Sobre a resposta da P2, lembremos a seguinte afirmação de Luckesi (2001, p. 84): “Os resultados da avaliação deverão ser utilizados para diagnosticar a situação do aluno [...]”. Sobre este aspecto, os resultados da avaliação da aprendizagem devem auxiliar os professores em sua prática educativa e não devem ser usados para punir o estudante.

Outra questão abordada na entrevista foi como as professoras avaliam o desempenho de seus alunos. P1, P2 e P3 disseram que avaliam os alunos através das participações na sala de aula. P2 acrescenta que geralmente faz observação, observa as agilidades e competências de seus alunos, tenta perceber o ponto em que eles mais se desenvolveram, como por exemplo: capacidade de escrever, compreender as coisas, interpretação de texto e etc. Avalia sempre no dia a dia fatores como escrever no caderno, organização, atenção e estratégias que o estudante usa para chegar em um determinado ponto.

Com base na resposta acima, podemos acrescentar:

Ao usar o caderno como instrumento de avaliação, o professor estimula e valoriza o registro do processo de aprendizagem. O aluno, por meio do caderno, descobre qual é o seu jeito de registrar os comentários orais que recebe ou que faz em sala de aula. Essa é uma habilidade importantíssima, que a escola precisa desenvolver. Não se trata de ter um caderno bonito, e sim funcional, no sentido de servir como referência na hora de estudar, de buscar uma informação, de se localizar na matéria (ALMEIDA, 2011, p. 59).

Neste aspecto, as anotações no caderno ajudam o aluno no seu processo de aprendizagem, pois permitem relembrar os conteúdos e explicações dadas pelo professor durante as aulas.

A questão seguinte relaciona-se ao desempenho dos alunos quando não alcançavam o resultado esperado no momento em que são submetidos a uma avaliação e a relação deste resultado com a eficácia de seu trabalho. P1 e P3 afirmam que não se questionam, já a P3 diz “é uma decepção para mim o fracasso dos meus alunos”.

Segundo Almeida (2011, p. 54),

[...] o professor deve ter sempre um roteiro de indicadores sobre o que observar. Pode ser uma tabela de cada aluno, dividida em períodos, na qual se registra se ele foi capaz de realizar ou não as atividades. Caso ele não tenha sido capaz, é importante fazer indicações e análises sobre o que foi observado, para precisar o grau de dificuldade que o aluno enfrenta. Ele é avisado sobre seu desempenho à medida que as atividades acontecem. Não se deve fazer segredo dessas anotações.

Nessa perspectiva, é fundamental o professor fazer anotações sobre o desempenho de cada aluno nas atividades avaliativas, de forma que contribuía para sua prática pedagógica e para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Outra questão abordada foi a possível participação docente em algum curso que contribua para com sua prática avaliativa. As colaboradas disseram que não participam, porém falam que nos cursos e palestras que a secretaria do município oferece os palestrantes abordam maneiras de como avaliar e agir com os alunos.

Perguntadas também se têm alguma dificuldade em relação à avaliação da aprendizagem, P1, P2 e P3 disseram que não. A última questão foi se as professoras têm conhecimento do PPP da escola e se buscam seguir os objetivos da instituição. P1 e P3 falam que têm conhecimento e buscam segui-lo; já P2 afirma que tem conhecimento, porém não o acompanha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi investigar quais as concepções e práticas avaliativas desenvolvidas por três professoras/pedagogas do ensino fundamental. Percebemos, ao longo do estudo que a avaliação é uma etapa fundamental no processo ensino-aprendizagem, pois é um meio de obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada estudante, bem como contribui para a melhoria da prática pedagógica.

O mundo ao longo dos anos vem sofrendo constantes mudanças, inclusive na educação. Sendo assim, a avaliação escolar também vem tendo transformações, não é tarefa fácil e sim um desafio para os educadores a busca pela inovação.

Através da pesquisa de campo, percebemos que na instituição pesquisada, assim como em outras escolas, os resultados de verificação dos alunos são expressos em notas. Dessa forma, professores acabam utilizando esse recurso para controlar e manter a disciplina dos alunos em sala de aula.

É preciso lembrar que cada indivíduo possui seu próprio ritmo de aprendizagem. Dessa forma, o professor deve usar diferentes estratégias de ensino, assim como diferentes práticas avaliativas com o objetivo de proporcionar um aprendizado mais significativo. A partir deste estudo, percebe-se que alguns professores, pais e alunos não compreendem o real significado da avaliação e acabam rotulando-a apenas como instrumento de classificação, punição e ameaças.

Assim, este trabalho foi bastante significativo para analisarmos como a avaliação é compreendida e desenvolvida pelas professoras investigadas. Diante dos dados apresentados nas entrevistas, observa-se que as docentes definem a avaliação como um processo contínuo, que deve ocorrer durante todo o processo de ensino. E com a técnica da observação percebe-se que as docentes utilizam a avaliação somativa, pois os estudantes são classificados através de um instrumento de verificação, realizado no final de cada semestre. Compreende-se que a avaliação somativa faz parte de uma realidade bastante comum dentro das instituições escolares, bem como a escola pesquisada.

Com base nos depoimentos e contribuições dos autores, pudemos concluir que a avaliação é um processo contínuo, participativo, com função diagnóstica e investigativa, pois as informações devem auxiliar os professores em sua prática pedagógica.

O instrumento de verificação do rendimento escolar prioritariamente utilizado pelas professoras é a prova. Além desse instrumento avaliativo, na atribuição da nota as docentes

usam também a participação, trabalhos individuais e em grupo, atividades de sala e comportamento, entre outros. Desse modo, para que a avaliação escolar obtenha rendimentos favoráveis no processo de aprendizagem, as professoras utilizam atividades variadas, procurando atingir seu objetivo maior, a aprendizagem dos seus alunos.

Sobre as práticas avaliativas percebe-se que alguns professores utilizam procedimentos metodológicos inadequados, segundo os teóricos que discutem avaliação, como, por exemplo: ações punitivas e educação compensatória. Encontram-se também docentes buscando renovar a cada dia sua metodologia avaliativa.

Conforme foi apresentado neste trabalho, a avaliação ainda é voltada para a classificação, pois a nota é um dos aspectos principais no ambiente escolar. Nas entrevistas, especificamente na questão que abordava sobre a participação das professoras em cursos de formação continuada, percebemos que essa temática é pouco debatida. No entanto para modificarmos aos poucos essa situação são indispensáveis para os professores palestras, cursos e oficinas, entre outras iniciativas.

Portanto, compreende-se que a avaliação escolar é uma prática necessária para o desenvolvimento dos estudantes. Com isso, a avaliação da aprendizagem não deve servir para classificar e excluir o aluno, mas sim para contribuir na sua formação e ajudá-los em suas eventuais dificuldades.

Por fim, os objetivos da pesquisa foram alcançados através das leituras e investigações no ambiente escolar. Conseguimos compreender que uma boa relação entre professor e aluno é indispensável, pois o aprendizado torna-se mais eficiente e passa a existir maior comprometimento entre ambas as partes.

Os conhecimentos adquiridos ao longo deste estudo levaram-me a associar a teoria com a prática, perceber que uma é complemento da outra. Para tentarmos aos poucos ir modificando a forma tradicional de ensino, consideramos importante investir na formação continuada dos professores, pois alguns sentem dificuldades de inovar suas posturas em sala de aula. Outro ponto indispensável seria o planejamento, visto que é um elemento-chave do ensino eficaz.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando; FRANCO, Monica. **Avaliação para a aprendizagem:** o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Práticas para avaliação escolar:** dicas e sugestões de como fazer. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- BERGER, M. A. **Avaliação da aprendizagem:** pressupostos teóricos, vivências e desafios. Aracaju: J. Andrade, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: 2015.
- ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DE PAULA MENEZES LIMA. **Projeto Político-Pedagógico**. Lagarto: 2017.
- ESTEBAN, M. T. **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5, ed. Campinas: Alínea, 2011.
- HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2008.
- HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997. (Série Educação).
- HOFFMANN, J. M. Avaliar para promover, não para reprovar. **Mundo Jovem**, out. 2014. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- HOFFMANN, J. M. **Avaliação, mito e desafio:** uma perspectiva construtivista. 29. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- HOFFMANN, J. M. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 4. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em : <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_\(Sergipe\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_(Sergipe))>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 29 de agosto de 2018. Consultado em 11 de setembro de 2018.
- JORBA, J.; SANMARTÍ, N. A função pedagógica da avaliação. In: BALLESTER, M. et al. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIBÂNEO, J. C. Didática. In: Libâneo, J. C. **A avaliação escolar**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2.º grau; Série Formação do Professor).

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: Libâneo, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAhikAH/libaneo>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposição**. 22. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposição**. 11. ed. São Paulo: Cortez. 2001.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

QUEIROZ, Cecília; MOITA, Filomena. **Fundamentos sociofilosóficos da educação**. 22. ed. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Abadia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Arte & Manhas dos Projetos Políticos e Pedagógicos**. Campinas, Cedes, v. 23, n. 61, 2003.

VASCONCELOS, Carlos Alberto. Tecnologias currículo e diversidade: substratos teórico-práticos da/na educação. In: Vasconcelos, Carlos Alberto. **Avaliação a aprendizagem: concepções, práticas e depoimentos**. São Cristovão: Editora UFS, 2016. v. 1, p. 100-124.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 24. ed. Campinas: Papirus, 2008.

WIKIPEDIA. **Lagarto (Sergipe)**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_\(Sergipe\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto_(Sergipe))>. Acesso em: 4 jul. 2018.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Tema da pesquisa: Avaliação da aprendizagem escolar: práticas avaliativas desenvolvidas por professores no ensino fundamental

Idade: _____ Sexo () Masculino () Feminino

Tempo de docência: _____

Há quanto tempo leciona no 4º ano: _____

Formação/Escolaridade _____

Há quanto tempo que trabalha na educação _____

1. O que você entende sobre avaliação da aprendizagem?
2. Para você, o que é avaliar?
3. Você conhece alguns autores que discutem a avaliação?
4. Quais instrumentos avaliativos você utiliza para avaliar seus alunos?
5. Como avalia o desempenho de seus alunos?
6. O que a professora faz com as informações que obtém com as atividades/avaliação?
7. Quando seus alunos não apresentam um bom desempenho no momento em que são submetidos a uma avaliação, você se questiona sobre a eficácia do seu trabalho didático?
8. Já participou e/ou participa de algum curso que ajude em relação à prática avaliativa? Qual?
9. Você tem alguma dificuldade em relação à avaliação da aprendizagem? Em caso afirmativo, pode relatar?
10. Você tem conhecimento do PPP da escola e busca seguir os objetivos da instituição?

ANEXO A – Prova de Português

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DE PAULA MENEZES LIMA

ALUNO (a): _____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____ Prof^a _____

II Avaliação de Português

1. Separe as sílabas:

- | | |
|--------------------|-------------------|
| a) Laranja- _____ | e) entrada- _____ |
| b) Assunto- _____ | f) cinto- _____ |
| c) Confusão- _____ | g) anta- _____ |
| d) Inteiro- _____ | h) Canta- _____ |

2. Complete as palavras com lha, lhe, lhi, lho ou lhu:

Pio _____	afi _____	do si _____	eta abe _____	do
Meda _____	fi _____	te ove _____	ma _____	do
Bi _____	te ve _____	ha rama _____	te ore _____	do

3. Escreva:

a) Três palavras com uma sílaba

b) Três palavras com 2 sílabas

c) Três palavras com 3 sílabas

d) Três palavras com 4 sílabas

4. Pontue corretamente as frases use ! ou ?.

a) Que bonito desenho _____

b) Você gosta de mim _____

c) Ui que susto _____

d) Como vai você _____

5. Escreva uma frase exclamativa com a palavra medo.

a) Medo

6. Leia e observe a letra destacada e coloque as palavras em ordem alfabética:

a) **B**aleia – **a**ventura – **c**hapéu – **e**lefante – **d**esenho

b) **H**oje – **j**iboia – **g**ravura – **f**loresta- **i**mponente

7. Ordene as palavras, forme frases e coloque o ponto final:

a) Arrancou Paulo dente o

b) Laranja Eu gosto de

8. Passe as frases para o Masculino.

a) A menina viu a cadela

b) A madrinha da mamãe chegou

ANEXO B – Prova de História e Cultura Sergipanas

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DE PAULA MENEZES LIMA

ALUNO (a): _____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____ Prof^a _____

Avaliação de História e Cul. Sergipana

1. Cite algumas comida típicas da festa junina.

2. Em que dia comemoramos:

a) Santo Antônio: _____

b) Santa Isabel: _____

c) São João: _____

d) São Pedro: _____

3. Os negros vieram de onde: Da **África**, **Japão** ou **Bélgica**.

4. Quem acabou com a escravidão no Brasil? Em que dia?

5. Quem os portugueses trouxeram para trabalhar aqui no Brasil?

6. Complete as frases com estas palavras:

Lei Áurea - dia de Anchieta - lavoura mineração - senzalas
--

- a) Os escravos trabalhavam na _____ e na _____.

- b) A lei que deu liberdade aos escravos recebeu o nome de _____.

- c) Os escravos moravam em _____.

- d) O dia 9 de junho foi escolhido para comemorar o _____.